



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

TIPO DE AUDITORIA : AUDITORIA DE GESTÃO
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 00222.000386/2008-19
UNIDADE AUDITADA : CGTEE
CÓDIGO UG : 919820
CIDADE : PORTO ALEGRE
RELATÓRIO N° : 208145
UCI EXECUTORA : 170189

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Senhor Chefe da CGU-Regional/RS,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 208145, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados na gestão da CIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA.

I - ESCOPO DOS EXAMES

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 19Mai2008 a 06Jun2008, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames, que contemplaram os seguintes itens:

- AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS
- QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES
- TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS
- REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS
- REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
- ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
- CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU
- RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA
- SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

II - RESULTADO DOS TRABALHOS

3. Os exames realizados resultaram na identificação das constatações listadas detalhadamente no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" e que dão suporte às análises constantes da conclusão deste Relatório de Auditoria. Os pontos listados no referido Anexo foram elaborados a partir das ações de controle realizadas durante o exercício e exame do processo de contas apresentado pela Unidade Auditada.

4. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-47/2004, 54/2007 e pelas DN-TCU-85/2007 e 88/2007, Anexo XI.

5. De acordo com o que estabelece o Anexo VI da DN-TCU-85/2007, e em face dos exames realizados, cujos resultados estão consignados no Anexo-"Demonstrativo das Constatações", efetuamos as seguintes análises:

5.1 AVAL. DOS RESULTADOS QUANT. E QUALITATIVOS

O Relatório de Gestão 2007 da CGTEE deveria conter no item 4 - Gestão de Programas e Ações os fundamentos para a avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias. A fim de orientar a Entidade na realização do Relatório de Gestão 2007, foi elaborada a Norma de Execução 05 de 28 de dezembro de 2007, na qual é apresentado um modelo com descrição das informações atinentes à Gestão de Programas e Ações que deveriam figurar no referido Relatório de Gestão. O Relatório de Gestão 2007 apresentado não desenvolve as seguintes informações solicitadas pela Norma de Execução emitida pela Controladoria Geral da União:

- Exposição sumária das razões da importância dos principais programas operacionalizados pela Unidade;
- Dados gerais dos programas;
- Exposição sumária das razões da importância das principais ações que materializam o objetivo do programa;
- Abordagem das principais fontes de financiamento interno e externo, complementadas pela exposição de sua importância;
- Abordagem da adequação dos valores gastos a parâmetros competitivos de mercado;
- Abordagem dos principais recursos materiais e humanos envolvidos;
- Abordagem de eventuais insucessos, os erros de avaliação e de conduta. Destacando, quanto aos insucessos, as providências já adotadas ou a adotar e os respectivos responsáveis pelas providências;
- Abordagem das despesas com diárias e passagens, informando os totais que foram consumidos no exercício vinculados à ação;
- Indicação da vinculação entre as metas previstas, no aspecto físico-financeiro, e as metas realizadas no período de exame (exercício 2007).

O conteúdo desenvolvido no item 4 - Gestão de Programas e Ações limita-se a descrever os dados gerais das ações e apresentar como resultados um índice percentual de realização financeira e justificativa para os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados. Os percentuais apresentados como realização física não se vinculam à realização financeira apresentada no período.

Recomenda-se que a Entidade aprimore seu Relatório de Gestão de forma a proporcionar os elementos necessários à melhoria da avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, por meio da aderência às Normas de orientação para elaboração e apresentação da prestação de contas.

No exercício de 2007 a execução dos Programas relacionada ao orçamento de investimento da CGTEE pode ser representada, sumariamente, pelos quadros a seguir:

Execução Financeira:

Programa	Ação	% executado	Prevista (R\$)	Realizada (R\$)
0295	1127	30,10	421.179.548,00	126.780.340,11
0295	3372	9,36	12.400.000,00	1.160.870,08
0295	3380	11,64	77.300.000,00	8.998.262,77
0295	4493	7,01	36.540.000,00	2.560.951,08
0807	4101	9,62	6.000.000,00	577.535,67
0807	4102	17,16	3.323.700,00	570.317,15
0807	4103	60,43	3.500.000,00	2.115.115,73

Tabela 01

Execução Física:

Programa	Ação	Medida	Prevista (%)	Realizada* (%)
0295	1127	Usina Implantada	37,00	11,14
0295	3372	Obra Executada	14,00	1,31
0295	3380	Obra Executada	37,00	4,30
0295	4493	Não prevista	Não prevista	Não prevista
0807	4101	Não prevista	Não prevista	Não prevista
0807	4102	Não prevista	Não prevista	Não prevista
0807	4103	Não prevista	Não prevista	Não prevista

Tabela 02

* A execução física realizada foi estimada pela proporcionalidade da execução financeira sobre a execução física prevista.

Programa 0295:

O programa Energia na Região Sul (0295) tem por objetivo atender as necessidades de energia elétrica da Região Sul e exportar os excedentes para as demais regiões do Sistema Interligado Nacional e o público alvo são os consumidores de energia elétrica da Região Sul.

No âmbito do programa Energia na Região Sul (0295) houve o planejamento da execução de quatro (4) ações sob responsabilidade da CGTEE, sendo três projetos (conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo) e uma atividade (conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e que concorrem para a manutenção da ação do governo).

A seguir descreve-se cada ação relativa ao programa Energia na Região Sul (0295), analisando as justificativas apresentadas para os desvios entre o previsto e o realizado. Esse programa representa em termos de orçamento de investimento da CGTEE o percentual de 97,71% do total orçado.

Ação 1127:

Essa ação representa a implantação de uma Usina Termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW, sendo identificada como a fase C da Usina Presidente Médici, também conhecida como Candiota III - fase C. Trata-se de um projeto que elevará a potência instalada atual da CGTEE de 490 MW para 840 MW. Em termos orçamentários, essa ação representa 75,18% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 e Tabela 02 uma execução financeira e física de cerca de 30,1% do

previsto. A Entidade justificou esse desvio pelas dificuldades enfrentadas em relação ao contrato de EPC (Engineering, procurement and construction) que nada mais é que o contrato envolvendo o projeto, as atividades de suprimento/fornecimento e construção do empreendimento, especificando que as dificuldades ocorreram em relação à contratação das principais obras civis da Usina.

No relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual, constata-se as seguintes informações sobre o projeto em 2007:

"Empreendimento integrante do PAC do Governo Federal.

Licenciamentos e permissões legais todos atendidos.

Contrato de construção da usina já assinado e em plena vigência e eficácia. Empresa contratada: CITIC INTERNATIONAL CONTRACTING INC, estatal chinesa do CITIC GROUP.

Foi concluída em março/07, pesquisa final geofísica que permitirá o completo desenvolvimento do projeto de fundações.

No período de 22/03 a 05/04/2007, delegação técnica da CGTEE foi à China, ocasião em que foi analisado e aprovado o Projeto Básico de Engenharia da usina, que permitirá a aceleração da construção do empreendimento e o desenvolvimento completo do projeto executivo.

Atualmente estão em andamento no "Site", a execução de facilidades à obra e construção/reforma de prédios da infra-estrutura destinados ao gerenciamento e atividades de construção.

Os principais equipamentos da usina já foram contratados pelo CITIC e estão em fase de fabricação. Foi realizada durante o mês de dez/2007, inspeção em todo o processo de fabricação em curso na China, confirmando o bom andamento da fabricação.

Obras Civis iniciaram em 16 de maio de 2007, estando em execução a terraplenagem geral, arruamentos, drenagens e escavações das fundações da chaminé e ilha de potência(casa de máquinas, caldeira, etc...).

A contratação do empreiteiro civil principal pelo EPC (empresa CITIC) ocorreu em 21/12/2007, fazendo com que em janeiro de 2008 sejam iniciados os trabalhos de construção estrutural, em continuidade aos trabalhos de escavações atualmente em curso. O atraso na contratação requereu uma adequação do cronograma do empreendimento, permanecendo a data de conclusão da usina para 31/12/2009.

A CGTEE, através da Resolução Nº 34/2006, de 03 de agosto de 2006, do Senado Federal, obteve autorização para o seu endividamento em até US\$ 430,000,000.00 (quatrocentos e trinta milhões de dólares americanos).

O financiamento necessário ao empreendimento foi captado pela ELETROBRÁS e repassado à CGTEE. A captação foi realizada junto ao banco chinês China Development Bank - CDB, ao abrigo do Acordo firmado entre o Governo do Brasil e o Governo da China sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infra-

Estrutura de Construção firmado em Pequim em 05 de junho de 2006, que foi aprovado pelo Decreto Legislativo N° 409/2006, de 12 de setembro de 2006. O Decreto N° 6.009, de 03 de Janeiro de 2007, promulgou o Acordo.

As negociações referentes aos termos dos dois contratos de financiamento (Crédito à Exportação = US\$281 milhões e Crédito Comercial = US\$ 149 milhões) foram concluídas no período de 22 a 28/03/07, por delegação Brasileira que se deslocou à China, sendo que a assinatura dos dois contratos entre a ELETROBRÁS e o CDB, ocorreu no dia 20/04/2007, no Rio de Janeiro. Na mesma data, foi assinado o contrato de repasse da ELETROBRÁS para a CGTEE. Embora todos os esforços da ELETROBRÁS, CGTEE e autoridades governamentais brasileiras, a entrada em eficácia dos contratos de financiamento assinados com o CDB ainda dependem da aprovação das autoridades governamentais chinesas, o que já está impactando negativamente o andamento do empreendimento. A previsão atual de entrada em eficácia dos contratos é até 31 de janeiro de 2008.

No dia 22 de agosto/07, chegaram ao Canteiro de Obras, os primeiros componentes importados da China. Tratam-se de 14,1 toneladas de chumbadores e placas de base pertencentes às fundações da caldeira e dessulfurizador.

Um novo embarque de componentes saiu da China no dia 18 de novembro tendo chegado ao porto de Rio Grande/RS no dia 30/dezembro/07, constituído de componentes do gerador, caldeira, turbina e precipitador eletrostático, no montante de 2.000 toneladas. Os componentes estarão no local da obra até o dia 15/janeiro de 2008."

Observa-se que as principais obras civis iniciaram efetivamente em janeiro de 2008. Em 30 de abril de 2008 a execução física da obra representava 32,80% do contrato EPC. Os contratos de crédito da fase C, segundo informação da CGTEE, entraram em plena vigência a partir de 08/05/2008, o que permitiu à ELETROBRAS prever que os primeiros pagamentos ocorrerão na 1° quinzena de junho de 2008.

A justificativa da CGTEE está de acordo com os documentos disponibilizados pela Companhia. Cabe ressaltar que essa obra pertence ao rol das obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União no FISCOBRAS2007.

Ação 3380:

Essa ação trata da adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, fases A e B, em Candiota (RS). Trata-se de projeto que visa atender as determinações do IBAMA no sentido de adequar a Usina aos padrões de emissões atmosféricas, permitindo, dessa forma, a continuidade de operação do empreendimento. Em termos orçamentários, essa ação representa 13,80% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 e Tabela 02 a execução financeira e física de cerca de 11,64% do previsto. Segundo a Entidade a execução física ficou em 15% do previsto para 2007, o que pode ser justificado pela contratação por valor menor que o estimado. Quanto à justificativa do desvio entre o previsto e o realizado, a Entidade frisou a dificuldade que tem encontrado na elaboração de orçamentos devido ao número reduzido de fornecedores capacitados a realizarem os serviços propostos.

No relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual, constatam-se as seguintes informações sobre o projeto em 2007:

"O objetivo deste programa é adequar as unidades da Fase A e B da Usina Presidente Médici (UPME) aos padrões de emissões atmosféricas determinados Instituto Brasileiro de meio Ambiente (IBAMA), através da LICENÇA DE OPERAÇÃO - LO nº 057/99, emitida em 22 de novembro de 1999, cuja validade foi prorrogada por 2 (dois) anos através do Termo de Compromisso firmado entre a CGTEE e o IBAMA em 10/05/2006, que visa a adequação ambiental da UPME. O IBAMA, mediante decisão normativa, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a licença de operação. Neste sentido, a CGTEE deverá proceder ao atendimento de todas as exigências deliberadas e instalar equipamentos de abatimento e controle dos gases e particulados emitidos pela UPME.

O valor do orçamento aprovado para 2007 foi de R\$77.300.000,00 (Setenta e sete milhões e trezentos mil reais), tendo sido realizados R\$ 8.998.263,00 (Oito milhões, novecentos e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e três reais), perfazendo um total de 11,6%. Destacamos as seguintes realizações:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Cobertura do pátio de carvão	5.347.730,00
Aquisição de amostradores de efluentes, dutos de gases e caixas separadoras	85.803,00
Adequação das instalações de manuseio de óleo lubrificante	101.716,00
Adequação das instalações de manuseio e transporte de cinzas da UPME	747.813,00
Sistema de remoção, armazenagem, manipulação e transporte de resíduos	246.685,00
Sistema de recirculação e distribuição de água automatizado	2.468.516,00
TOTAL	8.998.263,00

Tabela A

A seguir apresentamos os principais projetos e seus respectivos status:

- Sistema de dessulfurização: a implantação deste sistema tem por objetivo atender aos padrões de emissão definidos pelo IBAMA quanto aos óxidos de enxofre e material particulado. A complexidade do projeto e o número reduzido de fornecedores com tecnologia capaz de atender às especificações, retardaram o processo de contratação. O edital de licitação encontra-se em fase final de preparação. Espera-se que até dezembro de 2008 os serviços já estejam contratados.
- Implantação da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar: este projeto visa o "up grade" das estações de monitoramento da qualidade do ar existentes e a implantação de duas novas estações na região de influência da Usina Presidente Médici. O projeto básico, com as especificações técnicas foi concluído. Há previsão para contratação do fornecedor da nova rede de monitoramento da qualidade do ar ainda no primeiro semestre de 2008.

- Recirculação de efluentes: projeto com o objetivo de permitir o reuso do efluente líquido tratado nas bacias de sedimentação. Este projeto encontra-se em estágio avançado de execução, estando prevista sua conclusão para o início de 2009.
- Cobertura do pátio de carvão: esta obra iniciou-se em novembro de 2006 e com previsão de término para janeiro de 2008.

Justificam-se os desvios entre os valores dotados e os efetivamente realizados devido à complexidade dos principais projetos a serem executados e às dificuldades na elaboração de orçamentos, em razão do número reduzido de fornecedores capacitados a realizarem os serviços propostos. Pode-se exemplificar o exposto acima considerando um dos principais projetos da adequação ambiental da Usina Presidente Médici, o projeto de dessulfurização da Fase B, cuja dotação para o ano de 2007, de quarenta milhões de reais, representa quase 52% do orçamento aprovado para o ano de 2007. Entretanto, dado às dificuldades relatadas ainda não foi lançado o processo licitatório para a aquisição deste sistema.”

Observa-se que segundo consulta à Matriz Energética do Brasil em 23 de maio de 2008, obtida no site da ANEEL, existem sete (7) usinas do tipo carvão mineral em operação no território Nacional, todas na região Sul, assim distribuídas, conforme a proprietária: quatro (4) pertencem a TRACTEBEL ENERGIA S/A (929 MW), duas (2) pertencem a CGTEE (466 MW) e uma (1) pertence a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A (20 MW). Esse é o tamanho do mercado brasileiro para produtos de adequação à normas ambientais, que engloba usinas que possuem uma especificidade similar a exigida para a Usina Presidente Médici.

As informações apresentadas pela Entidade confirmam a procedência da justificativa fornecida, ressalta-se, que esse projeto pertence ao rol das obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União no FISCOBRAS2007.

Por óbvio, recomenda-se que a CGTEE envide esforços para estabelecer os contratos necessários para a adequação ambiental da Usina Termoelétrica Presidente Médici, pois a não consecução desse objetivo pode determinar a descontinuidade da operação do empreendimento.

Ação 3372:

Essa ação prevê a revitalização da Usina Termelétrica de Presidente Médici, visando manter a capacidade instalada de 446 MW, a finalidade desse projeto é disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida. Para a realização da ação estão previstas reformas, melhorias e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica da UPME, incluindo-se também neste projeto todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nos equipamentos industriais de grande porte. Em termos orçamentários, essa ação representa 2,21% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 e Tabela 02 uma execução financeira e física de cerca de 9,36% do previsto, a Entidade justificou esse desvio principalmente pelo atraso das definições de caráter técnico/estratégico.

No relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual,

constatam-se as seguintes informações sobre o projeto em 2007:

“O objetivo deste programa é basicamente dar condições de operação com alta disponibilidade e confiabilidade à planta de geração da Usina Termelétrica Presidente Médici, além de estender sua vida útil. Desta forma, compreende diversos projetos de manutenção, reforma e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na UPME. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nos equipamentos industriais de grande porte.

A dotação aprovada para o ano de 2007 foi de R\$ 12.400.000,00 (doze milhões e quatrocentos mil reais) e a realização financeira ao longo do ano foi de R\$ 1.160.870,00 (um milhão cento e sessenta mil oitocentos e setenta reais), correspondendo a 9,4% do total inicialmente dotado.

A CGTEE, no ano de 2005, contratou empresa especializada para realizar o diagnóstico, estudo de viabilidade e emissão de relatório técnico visando a repotenciação, modernização e extensão de vida útil das unidades Geradoras da Fase A, inaugurada em 1974, portanto, com 32 anos de operação.

O diagnóstico foi entregue em 2006 e a CGTEE está realizando os estudos de caráter técnicos, econômicos e de adequação ambiental, a viabilização e a possibilidade de captação de recursos que deverão ser aplicados em caráter plurianual, principalmente na aquisição de equipamentos, contratação de serviços, visando a repotenciação e extensão da vida útil, das Unidades Geradoras da FASE A (2 x 63 MW), a partir do ano de 2007. Este é um projeto que pressupõe a aplicação de vultosos recursos financeiros.

Com o atraso das definições de caráter técnico/estratégico, por parte da CGTEE, o montante de realização ficou bastante comprometido, pois somente os projetos de menor porte foram realizados em 2007.”

Observa-se uma relação muito forte dessa ação com o indicador de disponibilidade geral, que será detalhado mais adiante. Os atrasos nas definições de caráter técnico/estratégico são de responsabilidade da própria CGTEE e tem repercussão sob vários exercícios financeiros da Empresa, no que concerne à capacidade de geração de energia. A falta de aplicação desses recursos nos projetos necessários à revitalização da Usina Presidente Médici devem gerar o sucateamento da empresa e acumulação de prejuízos em exercícios futuros.

A justificativa da CGTEE indica a existência de um problema de gerenciamento da empresa, Assim recomenda-se que a Companhia proceda com urgência à priorização das definições de caráter técnico/estratégico que viabilizem a consecução do objetivo desse projeto, pois protelar essas definições implica agravar a indisponibilidade do sistema de geração de energia.

Ação 4493:

Essa ação subentende a manutenção do sistema de geração de energia elétrica, com capacidade instalada de 490MW. A finalidade dessa atividade é disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados na planta, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa

ser efetivamente garantida, tratando-se portanto de atividade de sustentação dos projetos que visam manter a capacidade instalada. Para a realização da ação estão previstas todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica, incluindo-se também nesta atividade todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte. Em termos orçamentários, essa ação representa 6,52% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 uma execução financeira de cerca de 7,01% do previsto. A Entidade justificou esse desvio principalmente pelo atraso das definições de caráter técnico/estratégico.

No relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual, constata-se as seguintes informações sobre o projeto em 2007:

"Realizar todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas, programadas ou de emergência, bem como eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes em plantas de geração térmica de energia elétrica. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.

Disponibilizar maior confiabilidade operacional aos sistemas instalados nas plantas geradoras, através de manutenções corretivas em diversos equipamentos, de tal forma que a geração de energia possa ser efetivamente garantida.

A CGTEE, consciente deste problema, vem investindo pesadamente na recuperação das Unidades Geradoras das Fases A e B, visando o aumento da disponibilidade.

O programa pressupõe a aquisição de bens e equipamentos que envolvem grandes volumes de investimento visando à recomposição e extensão de vida útil das unidades geradoras da UTE Presidente Médici, Fases A e B. Com o atraso das definições de caráter técnico/estratégico, por parte da CGTEE, o montante de realização ficou bastante comprometido, pois somente os projetos de menor porte foram realizados em 2007.

Desta forma, listamos diversos projetos que tiveram sua realização total ou parcial em 2007:

- Suprimento e tratamento d'água - sistema de injeção química.
- Suprimento e tratamento d'água - sistema de dosagem química.
- Suprimento e tratamento d'água - sistema de dosagem de amônia e de dosagem de hidrazina.
- Aquisição de equipamentos em geral.
- Aquisição e aplicação de revestimento anti-abrasivo nos ciclones e dutos de saída dos moinhos das Fase B da UPME.
- Aparentamento de laboratórios.
- Aquisição de equipamentos de inspeção e de ensaios não-destrutivos (como endoscópio, entre outros).
- Aquisição de peças e componentes para estabelecer uma configuração operacional segura das Turbinas das Unidades 3 e 4

da Fase B UPME.

- Aquisição de equipamentos para o sistema de armazenagem, manipulação e transporte de resíduo.
- Reforma dos Transformadores Elevadores II e III da UTSJ.
- Adequações e melhorias em edificações e obras civis na NUTEPA.
- Sistema de ar comprimido NUTEPA.
- Transformadores de medida NUTEPA.

A dotação aprovada para o ano de 2007 foi de R\$ 36.540.000,00 (trinta e seis milhões quinhentos e quarenta mil reais), tendo sido realizado ao longo do ano R\$ 2.560.951,00 (dois milhões quinhentos e sessenta quatro mil novecentos e cinqüenta e um reais), correspondendo a 7,0% do total inicialmente dotado."

Constata-se que essa atividade também está relacionada ao indicador de disponibilidade geral. Os atrasos nas definições de caráter técnico/estratégico, como já citado, têm repercussão sob vários exercícios financeiros da Empresa, no que concerne à capacidade de geração de energia. A falta de aplicação dos recursos previstos nas atividades necessárias à manutenção do sistema de geração de energia elétrica provocam o sucateamento da empresa e acumulação de prejuízos em exercícios futuros.

A justificativa da CGTEE reforça a percepção de um problema gerencial da empresa. Neste sentido, recomenda-se que a CGTEE priorize as definições de caráter técnico/estratégico que viabilizem a consecução da finalidade dessa atividade, pois o atraso dessas definições implica aumentar a indisponibilidade do sistema de geração de energia.

Programa 0807:

O programa Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio (0807) tem por objetivo dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional e o público alvo é o próprio governo.

No âmbito do programa Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio (0807) houve o planejamento de execução de três (3) ações sob responsabilidade da CGTEE, sendo três (3) atividades.

A seguir descreve-se cada ação relativa ao programa, analisando as justificativas apresentadas para os desvios entre o previsto e o realizado. Esse programa representa, em termos de orçamento de investimento da CGTEE, o percentual de 2,29% do total orçado.

Ação 4101:

Essa ação comporta a manutenção e adequação de bens imóveis, a finalidade dessa atividade é realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários. Para a realização da ação estão previstas obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado. Em termos orçamentários, essa ação representa 1,07% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 uma execução financeira de cerca de 9,62% do previsto. A CGTEE justificou esse desvio por não terem sido concluídas as negociações relativas à aquisição do prédio da sede em Porto Alegre,

bem como, por não ter sido concluída a elaboração do plano diretor industrial da unidade de Candiota.

Não existe relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual. A CGTEE informou que a inexistência de registros no SIGPLAN desse relatório decorre do fato de que essas ações são consideradas padronizadas e por isso não são acompanhadas no SIGPLAN pelos coordenadores das ações.

A justificativa da CGTEE está de acordo com as informações obtidas na Companhia, porém demonstram um descompasso entre o planejamento e a execução das ações propostas.

Ação 4102:

Essa ação estabelece a manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos; a finalidade dessa atividade é realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários. Para a realização da ação estão previstos serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos que sejam contabilizados no imobilizado. Em termos orçamentários, essa ação representa 0,59% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 uma execução financeira de cerca de 17,16% do previsto. A CGTEE justificou esse desvio pelas decisões de gestão que visaram ao melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros da Companhia, bem como pela não implementação do Sistema de Vigilância Integrado nas Usinas e Oficina Mecânica pertencentes a CGTEE.

Não existe relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual, a CGTEE informou que a inexistência desse relato decorre de que essas ações são consideradas padronizadas e por isso não são acompanhadas no SIGPLAN pelos coordenadores das ações.

A justificativa da CGTEE está bastante atrelada à inexecução de parte das ações previstas para o exercício, demonstrando o descompasso entre o planejamento e a execução das ações propostas.

Ação 4103:

Essa ação proporciona a manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento. A finalidade dessa atividade é realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários. Para a realização da ação estão previstas aquisições de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento que sejam contabilizados no imobilizado. Em termos orçamentários, essa ação representa 0,62% do total do orçamento de investimento da Estatal. Pode-se observar pela Tabela 01 uma execução financeira de cerca de 60,43% do previsto. A CGTEE justificou esse desvio pela não aquisição de novos equipamentos de informática, pela não implantação da rede lógica - LAN, no prédio que seria adquirido para sede da empresa em Porto Alegre, pela não aquisição de licenças de softwares diversos

(Autocad, MS-Project e outros) e pela redução do valor da contratação da aquisição do direito de uso do software de gestão SAP R/3 mySAP ERP- versão atualizada.

Nesta ação, também não existe relato de situação atual da ação no SIGPLAN - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual, a CGTEE informou que a inexistência desse relato decorre das ações serem consideradas padronizadas e por isso não são acompanhadas no SIGPLAN pelos coordenadores das ações.

A justificativa da CGTEE depreende-se, principalmente, da inexecução de parte das ações previstas para o exercício, demonstrando, mais uma vez, o descompasso entre o planejamento e a execução das ações propostas.

Assim, face às análises realizadas pela equipe de Auditoria, recomenda-se que a CGTEE aprimore os processos de planejamento e execução do planejado, de modo a diminuir os desvios observados entre o planejado e executado nas ações de apoio administrativo.

5.2 QUALIDADE/CONFIABILIDADE DOS INDICADORES

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE apresentou no Relatório de Gestão do exercício 2007 indicadores ligados ,principalmente, a resultados econômico-financeiros e operacionais relativos à geração de energia, que é a atividade finalística da Empresa.

O quadro a seguir demonstra as metas programadas para o exercício 2007 e os valores efetivamente realizados no exercício:

Indicador ou Medida	Exercício 2007	
	Meta Definida	Valor Realizado
Disponibilidade Geral	63%	45,59%
Razão Operacional	1,51	1,69
Razão Operacional sem Depreciação	1,24	1,32
Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total	29,01%	35,28%
EBITDA (milhões de reais)	(*)	-10,61
Despesa com serviços de Terceiros	24,45%	22,90%
Grau de endividamento sem obrigações Especiais.	36,53%	8,5%

Tabela 03

(*) a meta apontada no relatório de gestão não faz sentido (folha 68 da prestação de contas).

Argüida sobre quais os critérios que tem sido adotados pela CGTEE para definir os indicadores para avaliar o desempenho operacional, a Empresa manifestou que "os indicadores vigentes visam à avaliação do desempenho empresarial, com vista à consolidação de um controle eficiente de suas metas globais, qualificando e agilizando as decisões gerenciais da empresa." A CGTEE destacou as seguintes

premissas utilizadas na definição dos indicadores:

- a) Orçamento aprovado, conforme PDG - OI;
- b) Receita: suprimento de energia comercializada e receita financeira;
- c) Segurança e eficiência no trabalho;
- d) Despesas operacionais e depreciação;
- e) Previsão de contratação de serviços de terceiros;
- f) Disponibilidade do sistema de geração projetada, considerando os índices realizados nos três exercícios anteriores e a projeção dos resultados da parada de manutenção anual; e
- g) Lucro ou prejuízo projetado para o exercício.

A seguir apresenta-se sumariamente a descrição e avaliação dos indicadores relacionados pela Companhia no Relatório de Gestão do presente exercício.

Indicador 01:

Disponibilidade Geral - indica em percentuais a disponibilidade do sistema de geração de energia da CGTEE, visando demonstrar a disponibilidade operacional das unidades de geração de energia elétrica. É um indicador de eficiência e eficácia. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto maior o percentual de disponibilidade melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos tempos equivalentes de desligamentos forçados, de desligamentos por falha de partida e de desligamentos programados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, cobertura, economicidade e estabilidade. Por outro lado, satisfaz parcialmente os critérios de simplicidade, acessibilidade e seletividade. Os exames realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Indicador 02:

Razão Operacional - indica a relação quantitativa entre a despesa operacional e a receita operacional líquida, visando demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional. É um indicador de eficiência e economicidade. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto menor o valor da razão operacional melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos resultados esperados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade e seletividade. Os exames realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Indicador 03:

Razão Operacional Sem Depreciação - indica a relação quantitativa entre a despesa operacional sem depreciação e amortização e a receita operacional líquida, visando demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional sem depreciação e amortização. É um indicador de eficiência e economicidade. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto menor o valor da razão operacional melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos resultados esperados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade,

independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade e seletividade. Os exames realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Indicador 04:

Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total - indica a relação percentual entre a despesa com pessoal e a receita total, visando demonstrar o quanto da receita total está comprometida com a despesa com pessoal. É um indicador de eficiência e economicidade. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto menor o valor desse percentual melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos resultados esperados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade e seletividade. Os exames realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Indicador 05:

EBITDA - indica o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, visando demonstrar o valor monetário correspondente aos recursos disponíveis pela Companhia para o pagamento do serviço da sua dívida, remuneração dos seus acionistas e implementação do seu plano de investimentos. É um indicador de eficácia. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto maior o valor melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos resultados esperados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade e seletividade. Os exames realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Indicador 06:

Despesa com Serviço de Terceiros - indica a relação percentual entre a despesa com serviços de terceiros e a receita operacional líquida, visando demonstrar o grau de comprometimento da receita operacional com serviços de terceiros. É um indicador de economicidade e eficácia. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto menor o valor percentual melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos resultados esperados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade e seletividade. Os exames realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Indicador 07:

Grau de Endividamento sem Obrigações Especiais - indica a relação entre o capital de terceiros e o passivo total, visando demonstrar a posição relativa do capital de terceiros com relação ao capital próprio. É um indicador de economicidade. Não foi identificado um padrão de desempenho para esse indicador. Quanto menor o valor do indicador melhor o resultado obtido. As metas são estabelecidas a partir da projeção dos resultados esperados. O indicador satisfaz plenamente os critérios de representatividade, homogeneidade, praticidade, validade, independência, simplicidade, cobertura, economicidade, acessibilidade, estabilidade e seletividade. Os exames

realizados indicaram a confiabilidade e adequabilidade desse indicador.

Nos aspectos gerais ligados aos resultados econômico-financeiros e operacionais, os indicadores apresentados são representativos, ressalvada a falta de identificação de padrões de desempenho que tornem os indicadores capazes de representar o grau de desenvolvimento da Empresa em relação a outras com a mesma atividade finalística.

Observa-se, ainda, a ausência de indicadores ambientais, a implementação de indicadores dessa natureza seriam importantes para representar a ação 3380 do programa 0295, previsto na LOA2007. Por outro lado, o indicador de disponibilidade geral representa resultados da execução das ações 3372 e 4493 do programa 0295.

Tanto o indicador Disponibilidade Geral quanto o indicador EBITDA representam no exercício 2007 resultados bastante desfavoráveis da gestão da Empresa.

Observa-se que nos últimos três exercícios os resultados do indicador Disponibilidade Geral e do indicador EBITDA vêm piorando, conforme tabela a seguir:

Indicador	Exercício 2005	Exercício 2006	Exercício 2007
Disponibilidade Geral	66,38%	59,3%	45,59%
EBITDA	103,09	44,35	-10,61

Tabela04

Quanto aos controles internos implementados pelos gestores e considerando-se os resultados dos exames realizados, conforme consta no Anexo I - "Demonstrativo das Constatações", considera-se que os mesmos merecem aprimoramentos, no mínimo quanto às recomendações constantes no mencionado anexo.

5.3 TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Segundo as informações repassadas pelos gestores durante os exames realizados, e corroboradas no Relatório de Gestão do exercício 2007, estavam vigentes no exercício em exame 20 convênios, nos quais a Companhia era concedente.

Os repasses realizados foram analisados, por amostragem, não tendo sido identificadas falhas que mereçam registro no presente relatório da auditoria.

5.4 REGULARIDADE DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

A CGTEE observa os parâmetros da Lei n.º 8.666/1993 na realização das suas aquisições e contratações de serviços. Segundo as informações disponibilizadas, a Companhia realizou, no exercício 2007, contratações ou aquisições pelo valor de R\$ 53.961.443,70 (cinquenta e três milhões, novecentos e sessenta e um mil e quatrocentos e quarenta e três reais e setenta centavos), segregadas segundo as seguintes modalidades de aquisição ou licitação:

Tipo de	Quantidade	Valor (1)	Percentual	Percentual (3)
---------	------------	-----------	------------	----------------

Aquisição ou Contratação	de aquisições realizadas no exercício	contratado/ Adquirido (R\$)	(2) de aquisições ou contratações realizadas mediante esta modalidade	do valor das aquisições ou contratações realizadas mediante esta modalidade
Dispensa	562	3.903.880,31	84,64%	7,23%
Inexigibilidade	14	6.896.616,12	2,11%	12,78%
Convite	0	0	0,00%	0,00%
Tomada de Preço	10	2.735.639,95	1,51%	5,07%
Concorrência	05	11.623.193,16	0,75%	21,54%
Registro de Preço	05	831.742,36	0,75%	1,54%
Pregão Presencial	01	21.500,00	0,15%	0,04%
Pregão Eletrônico	67	27.948.871,80	10,09%	51,79%
TOTAL	664	53.961.443,70	100,00%	100,00%

Tabela 05

(1) Valor (R\$) das aquisições ou contratações de serviços realizadas mediante esta modalidade.

(2) Percentual de aquisições ou contratações realizadas mediante esta modalidade, em relação ao número total de aquisições/contratações realizadas no exercício.

(3) Percentual do valor (R\$) contratado/adquirido mediante esta modalidade, em relação ao valor total contratado no exercício.

Da análise dos processos licitatórios realizados pela Companhia, bem como de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, detectamos falhas, as quais encontram-se consignadas no "Demonstrativo das Constatações", anexo a este relatório.

5.5 REGULARIDADE NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em 31/12/2006, o quadro de pessoal da CGTEE estava composto por 542 empregados. Segundo informações prestadas pelo Departamento de Recursos Humanos da Companhia, no decorrer do exercício 2007, foram efetivadas 6 admissões de empregados contra 9 demissões. Dessa forma, o quadro de pessoal da Companhia, em 31/12/2007, estava composto por um efetivo de 539 empregados, dispostos da seguinte forma:

Cargo	Quantitativo
Assistente Administrativo	76
Auxiliar Administrativo II	08
Auxiliar Administrativo III	01
Técnico Contabilidade	04
Técnico de Segurança do Trabalho	06
Técnico Edificações	03
Técnico Eletromecânico	20
Técnico Eletrônico	10
Cargo	Quantitativo
Técnico Mecânico	18
Técnico Químico	08

Técnico Telecomunicações	01
Eletrotécnico	26
Assistente Técnico	168
Auxiliar Técnico I	16
Auxiliar Técnico II	16
Auxiliar Técnico III	32
Auxiliar Técnico IV	01
Cozinheiro	03
Técnico de Nível Superior	02
Advogado	05
Analista de Sistema	01
Administrador	09
Auditor	03
Contador	11
Economista	01
Engenheiro Mecânico	28
Engenheiro Civil	03
Engenheiro de Segurança	01
Engenheiro Eletrônico	04
Engenheiro Eletricista	08
Engenheiro Químico	06
Médico do Trabalho	01
Farmacêutico Bioquímico	01
Assessor	38
TOTAL	539

Tabela 06

O total de empregados da CGTEE em 31/12/2007 permaneceu abaixo do limite de 547, fixado pelo Departamento de Coordenação das Empresas Estatais Federais - DEST.

No que tange ao cumprimento do disposto na IN TCU N° 55/2007, a CGTEE tem enviado tempestivamente as informações necessárias quanto aos atos de admissão e demissão de todos os contratados mediante concurso público.

5.6 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Foram mantidos em 2007 os compromissos da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE no que diz respeito às condições como Patrocinadora do plano de benefícios de natureza previdenciária administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social - ELETROCEE.

Os valores repassados a título de contribuições patronais e de empregados, restritos aos ativos e CTP (participantes em complementação temporária de proventos), durante o exercício 2007, foram no total de R\$ 1.553.205,00 em contribuições normais dos empregados e no valor equivalente de R\$ 1.553.598,23 por parte da Patrocinadora. A diferença de R\$ 394,23 pode ser atribuída a retrocálculos que oneram um período e desoneram outro, esses retrocálculos fazem parte do processo dinâmico do acerto das contribuições do plano quando relacionado às contribuições dos participantes.

No que se refere às contribuições normais, verifica-se que está prevista contribuição da Patrocinadora equivalente à totalidade das contribuições vertidas pelos Participantes num mesmo período, atendendo, assim, ao disposto no § 1° do art. 6° da Lei Complementar

nº 108, de 29 de maio de 2001.

Conforme consignado no item 1 do Parecer Atuarial, constante no Relatório Anual CGTEE apresentado pela Fundação CEEE Previdência Privada relativo ao exercício 2007, a situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na ELETROCEEE, relativamente à Patrocinadora CGTEE, apresentou, em 31/12/2007, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 29.998.925,84, equivalente a 21,78% do Ativo Líquido então existente de R\$ 137.747.700,07.

5.7 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em 2007, o TCU emitiu três Acórdãos relacionados à CGTEE, os quais estão listados a seguir:

- Acórdão 0364/2007 - Plenário;
- Acórdão 1087/2007 - Plenário; e
- Acórdão 1191/2007 - Plenário.

O Acórdão 0364/2007-Plenário estabelece revogação parcial de medida cautelar relacionada a indícios de aquisição de materiais a preços superfaturados mediante modalidade pregão, sendo enviados os autos à SECEX/RS, para que, após a realização de inspeção na CGTEE, formulasse a adequada proposta de mérito quanto as ocorrências tratadas nesse processo.

Os Acórdãos 1087/2007 - Plenário e 1191/2007 - Plenário tratam dos levantamentos de auditoria realizados no âmbito do FISCOBRAS/2007, sendo expedidas, em cada um dos Acórdãos, 2 (duas) determinações à Companhia.

No relatório de gestão existe citação aos Acórdãos nº 1087/2007 e 1191/2007 indicando o pleno atendimento de suas determinações. Os exames efetuados atestaram a conformidade da informação postada no relatório de gestão.

5.8 RECURSOS EXTERNOS/ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A CGTEE não executou, no exercício 2007, projetos ou programas financiados com recursos externos e/ou em cooperação com organismos internacionais.

Permanece em andamento o projeto de implantação da fase C da Usina de Candiota II, que embora não represente recursos externos para a CGTEE, está sendo integralmente financiado com recursos captados pela ELETROBRAS junto ao China Development Bank (CDB) e ao BNP Paribas, da França.

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou, em 2007, auditoria específica no âmbito do FISCOBRAS/2007 sobre a referida implantação da Fase C da Usina de Candiota II, cujos resultados encontram-se consignados no Acórdão 1191/2007 - Plenário.

5.9 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da CGTEE foi criada em 15/10/1999, estando subordinada ao Conselho de Administração e, funcionalmente, vinculada ao Diretor-Presidente.

Em 31/12/2007, a Auditoria Interna contava com uma equipe composta por 1 Gerente, 1 Supervisora, 5 Auditores e 2 Estagiários.

No que se refere às auditorias planejadas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI 2007, foram realizadas todas as auditorias programadas.

O Plano Anual também previa alocação de homem hora em treinamento, auditorias em atividades não-programadas e revisão e testes dos processos, tendo em vista a adequação do sistema Eletrobrás à Lei Sarbanes Oxley. Instada a esclarecer a ausência de referência no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIINT 2007 dessas atividades, a Auditoria Interna manifestou, resumidamente, o seguinte:

a) Treinamento - O programa de treinamento previsto foi protelado devido às dificuldades financeiras da Empresa;

b) Auditorias não-programadas - Não houve demanda do Conselho de Administração por Auditorias além das já previstas; e

c) Adequação à Lei Sarbanes Oxley - Foram utilizadas as auditorias programadas para aplicar revisão e testes dos processos, não sendo utilizadas as horas planejadas na forma esperada, devido a decisão da Controladora (Eletrobrás) de não promover a certificação prevista para o ano de 2007.

A seguir é apresentada uma tabela com a relação das Auditorias realizadas no período em exame:

Nº do Relatório	Objetivos	Data do Relatório
PRA 001/2007	Analisar o controle e os procedimentos sobre o contencioso trabalhista da empresa.	06/06/2007
PRA 002/2007	Avaliar a política adotada para gestão de veículos e equipamentos.	23/05/2007
PRA 003/2007	Composição e manutenção do Fundo Fixo de Caixa e movimentação bancária.	13/06/2007
PRA 004/2007 (pré-relatório)	Verificar resoluções, normas, estocagem, entradas, saídas, controles e segurança relativos a almoxarifado.	23/10/2007
PRA 005/2007	Conferir prestação de contas, competência das autorizações e adequacidade documental das despesas com viagens.	23/10/2007
PRA 006/2007	Verificar se a folha de pagamento, além de eficaz e segura, está sendo instruída em conformidade com a legislação./ Avaliar a consistência e fidedignidade dos dados e informações referentes a folha de pagamento.	30/10/2007
PRA 007/2007	Analisar a política ambiental da empresa, bem como seus respectivos licenciamentos.	10/12/2007

N° do Relatório	Objetivos	Data do Relatório
PRA 008/2007	Analisar se os Convênios estão em conformidade com a Lei 8666/93, Decreto 93872/86, IN/STN/001/97.	30/11/2007
PRA 009/2007	Verificar o equilíbrio do Plano de Previdência Complementar.	12/12/2007
PRA 010/2007	Trata-se do pré-relatório PRA 004/2007, que resultou no relatório PRA 014/2007, não existindo relatório com esse número.	Data do relatório PRA 014/2007.
PRA 011/2007	Verificar o gerenciamento do sistema patrimonial, adições, baixas, adequação, controle e inventários.	17/12/2007
PRA 012/2007	Analisar os processos licitatórios em todas as suas modalidades, inclusive as dispensas e inexigibilidades.	20/12/2007
PRA 013/2007	Verificar a relação da previsão orçamentária com o realmente executado, observando a otimização dos recursos financeiros.	17/12/2007
PRA 014/2007	Verificar resoluções, normas, estocagem, entradas, saídas, controles e segurança relativos a almoxarifado.	20/02/2008

Tabela 07

5.10 SUPRIMENTO DE FUNDOS - USO DE CARTÕES

Conforme informações disponibilizadas pelos gestores, mediante o Relatório de Gestão 2007, a CGTEE não utiliza cartões de crédito corporativo.

5.11 CONSTATAÇÕES QUE RESULTARAM EM DANO AO ERÁRIO

As constatações verificadas estão consignadas no Anexo-'Demonstrativo das Constatações', não tendo sido identificada pela equipe ocorrência de dano ao erário.

III - CONCLUSÃO

Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria, a partir das constatações levantadas pela equipe, que estão detalhadamente consignadas no Anexo-"Demonstrativo das Constatações" deste Relatório.

Porto Alegre , 13 de junho de 2008



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
CONTROLADORIA-REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

CERTIFICADO DE AUDITORIA

CERTIFICADO N° : 208145
UNIDADE AUDITADA : CGTEE
CÓDIGO : 919820
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 00222.000386/2008-19
CIDADE : PORTO ALEGRE

Foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, praticados no período de 01Jan2007 a 31Dez2007.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram provas nos registros mantidos pelas unidades, bem como a aplicação de outros procedimentos julgados necessários no decorrer da auditoria.

3. Diante dos exames aplicados, de acordo com o escopo mencionado no parágrafo segundo, consubstanciados no Relatório de Auditoria de Gestão n° 208145, houve gestores cujas contas foram certificadas como regulares com ressalvas. Os fatos que ensejaram tal certificação foram os seguintes:

3.1 Falhas que resultaram em ressalvas

1.1.1.1 - Manutenção imotivada de contrato de trabalho para provimento de cargo em comissão tendo em vista que a empregada contratada foi cedida a outro órgão, com ônus para a CGTEE.

1.1.2.1 - Concessão de reajustes salariais acima do percentual pactuado em Acordo Coletivo para empregados ocupantes de cargos comissionados sem a devida análise e aprovação prévia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

1.1.2.2 - Ausência de normatização sobre os cargos em comissão e funções de confiança existentes na CGTEE.

2.1.1.1 - Realização de pagamentos, a título de contribuição associativa, sem respaldo contratual.

2.1.2.2 - Contratação direta de bens e serviços, por dispensa de licitação indevida, caracterizando fracionamento de despesas, tendo em vista a similitude dos bens e serviços contratados e o período de contratação em comum.

2.1.2.3 - Ausência de consulta prévia ao ato da contratação, no que tange a verificação da regularidade fiscal da empresa contratada.

2.1.3.1 - Execução antieconômica de despesa tendo em vista a não utilização integral de vagas contratadas em cursos de informática.

Porto Alegre, 08 de julho de 2008.

MAURO RONI LOPES DA COSTA
**Chefe da Controladoria Regional da União no Rio Grande do Sul
(Substituto)**



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

RELATÓRIO N° : 208145
EXERCÍCIO : 2007
PROCESSO N° : 00222.000386/2008-19
UNIDADE AUDITADA : CGTEE
CÓDIGO : 919820
CIDADE : PORTO ALEGRE

PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO

Em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VIII, art. 14 da IN/TCU/N.º 47/2004 e fundamentado no Relatório, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria, cuja opinião foi pela **REGULARIDADE COM RESSALVAS** da gestão dos responsáveis relacionados no item 3.1 do Certificado de Auditoria e pela **REGULARIDADE** da gestão dos demais responsáveis, referentes ao período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

2. As questões objeto de ressalvas foram levadas ao conhecimento dos gestores responsáveis, para manifestação, conforme determina a **Portaria CGU n° 1950, de 28 de dezembro de 2007, que aprovou a Norma de Execução n° 05, de 28 de dezembro de 2007**, e estão relacionadas em tópico próprio do Certificado de Auditoria. As manifestações dos Gestores sobre referidas questões constam do Anexo-Demonstrativo das Constatações, do Relatório de Auditoria.

3. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 21 de julho de 2008

WAGNER ROSA DA SILVA
DIRETOR DE AUDITORIA DA ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA